

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.781 - SP (2019/0133513-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MARCIA DE JESUS DO NASCIMENTO
ADVOGADOS : MARCELO RODRIGUES BARRETO JÚNIOR - SP213448
LAILLA CRISTINA DE OLIVEIRA COSTA E OUTRO(S) - SP374895
AGRAVADO : COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO
ADVOGADO : TATIANA GUIDINI GUERRA E OUTRO(S) - SP192834
AGRAVADO : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADO : FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO E OUTRO(S) - SP034248

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MARCIA DE JESUS DO NASCIMENTO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

DANO MORAL - Acidente sofrido em decorrência de o colisão de trens - Alegação de que inexistem provas do dano sofrido - Parcial Procedência - Inconformismo - Alegação de quebra do contrato de transporte - Acidente ocorrido por colisão de trens pertencentes à empresa requerida - Provas produzidas que demonstram lesões de baixa gravidade - Responsabilidade objetiva da transportadora - Prestação de primeiros socorros que não se mostra suficiente para afastar o dever de indenizar - Dano Moral é reconhecido - Indenização fixada em R\$ 10.000,00 - 2 minoração para R\$ 7.000,00 - Observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade - responsabilidade solidária da seguradora nos limites da apólice - Sentença parcialmente reformada - Recurso adesivo não provido e recursos dos réus parcialmente providos

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 944 do Código Civil, no que concerne à necessidade de majoração do valor fixado a título de danos morais, trazendo os seguintes argumentos:

A parte Recorrente interpôs Recurso Adesivo, nos autos da ação de indenização por danos morais, onde o v. acórdão negou provimento ao recurso da autora e deu provimento ao da ré, diminuindo o valor arbitrado pela r. sentença "a quo", negando a pretendida majoração do quantum indenizatório arbitrado pelo D. Juízo de primeiro grau.

Assim, apesar da proficiência e erudição de seus Dignos e Cultos subscritores, o v.; acórdão acatando confirmou o decidido na r. sentença, no ponto em que arbitrou a indenização por danos morais, o fez em valor que

não condiz com a realidade do caso em tela, dada extensão do dano suportado pelo autor, ante a gravidade do acidente, que deixou seqüelas físicas e psíquicas, negando então vigência ao artigo 944 do Código Civil.

[...]

Como vemos, o V. Acórdão ora atacado reconheceu a responsabilidade da Recorrida, com a efetiva obrigação de prevenção e reparação dos danos patrimoniais e morais, decorrentes do acidente.

Então, entendemos que na fixação da indenização, relativa ao dano moral, o julgador deve estar atento, dentre outras Circunstâncias, a natureza específica da ofensa sofrida, a intensidade real, concreta e efetiva do sofrimento, a repercussão da ofensa no meio social em que vive o ofendido e a situação econômica do ofensor e a posição social do ofendido, achou por bem manter a condenação imposta pelo Juízo monocrático.

Todavia, por todos estes aspectos, o V. Acórdão merece reforma, a fim de ser fixada a indenização em valor suficiente para atender seu caráter lenitivo, punitivo e pedagógico, dá condenação, devendo a autora receber uma soma que lhe compense o sofrimento.

[...]

Portanto, diante do disposto no artigo 944 do C.C.B., onde se exige que a indenização seja proporcional ao dano sofrido, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça entendeu que o valor da indenização pelo dano moral não pode escapar também de seu controle; devendo ser revisto quando mostrar-se irrisória ou excessiva, como no presente caso, cuja primeira hipótese se apresenta, ante ao valor arbitrado na r. sentença e mantido pelo v. acórdão guerreado, conforme transcrito abaixo. (fls. 684/686).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *c* do permissivo constitucional, alega violação do art. 944 do Código Civil, trazendo os seguintes paradigmas para amparar sua tese: Recurso Especial n. 248.764/ MG, 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, (fls. 686); e Recurso Especial n. 1.133.198-DF, 4ª Turma, Rel. Ministro Barros Monteiro (fls. 688).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, o acórdão assim decidiu:

No tocante ao valor de indenização, deve ser assinalado que tal valor deve ter uma correlação entre o dano e o efetivo prejuízo sofrido, além de ter uma dose de intuito para desestimular que fatos como esses não tornem ocorrer, e impor a causadora do dano maiores cautelas, interagindo com seus prepostos para que tenha maior cuidado na administração do seu negócio.

Assim, o valor da indenização por danos morais, antes fixado em R\$ 10.000,00, deve ser minorado para R\$ 7.000,00 valor que se mostra mais compatível com a situação descrita nos autos, e suficiente para impor a sanção necessária para que fatos como o verificado não ocorram, bem como para quantificar os danos morais sofridos pela autora, ante às dimensões dos danos sofridos.

[...]

Vale dizer, que deve ser aplicado pelo juiz o princípio da razoabilidade, pois o valor da indenização dependerá do bom senso do julgador no exame do caso concreto, graduando-a pelo dano moral de acordo com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições do ofendido, entre outros aspectos que serão analisados no caso concreto.

Certo é que a indenização deve se prestar a coibir reincidência da conduta ilícita do causador do dano, porém, sem proporcionar o enriquecimento sem causa da vítima. (fls. 648)

Diante de tal contexto, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária identidade jurídica e/ou similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Nesse sentido, o STJ fixou que “o conhecimento da divergência jurisprudencial reclama a existência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas submetidos a confronto” (EDcl no Resp n. 1.254.636/ES, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 23/4/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp n. 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; e AgRg no REsp n. 1.500.980/RS, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 24/3/2015).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente